

A necessidade de o Brasil desenvolver um Pensamento Estratégico de Segurança e Defesa Nacionais

*Claudia Cataldi**

Há instituições que só são lembradas quando falham. Enquanto funcionam, permanecem quase invisíveis, sustentando silenciosa e bravamente a continuidade do Estado. A Defesa pertence a esse tipo de presença discreta. Quando não há conflito declarado, quando, aparentemente, a ordem interna permanece estável e as fronteiras não estão sob ameaça aparente, sua existência pode parecer distante da vida cotidiana. No entanto, é justamente essa ausência de ruptura que revela sua função mais profunda. Falar em pensamento estratégico de defesa e segurança no Brasil exige, antes de qualquer formulação teórica, reconhecer o valor estrutural da Defesa como elemento permanente da soberania nacional. Não se trata apenas de instrumento de guerra. É uma instituição que materializa a capacidade do Estado de proteger sua autonomia decisória e sua integridade diante de um sistema internacional que, embora interdependente, permanece competitivo.

O Brasil construiu sua trajetória histórica sem enfrentar guerras interestatais de grande escala em tempos recentes. Essa circunstância moldou uma percepção social relativamente serena sobre ameaças externas. A estabilidade regional contribuiu para que a defesa fosse frequentemente tratada como questão técnica, restrita ao planejamento orçamentário ou à modernização de equipamentos. Contudo, a tranquilidade histórica não elimina a necessidade de preparo; ao contrário, exige lucidez para não confundir ausência de conflito com inexistência de risco.

Um pensamento estratégico maduro não nasce da reação a crises. Forma-se quando uma sociedade compreende que a segurança é condição para qualquer projeto nacional de longo prazo. É nesse ponto que a Defesa se revela como fundamento. Sua presença institucional assegura que o país possua capacidade organizada de dissuasão, prontidão, resposta e respeito internacional, mesmo quando o cenário parece favorável.

No mundo contemporâneo, a natureza das vulnerabilidades mudou. A ameaça não se anuncia necessariamente por movimentos militares visíveis. Ela pode emergir na interrupção

* Doutoranda pela Escola de Guerra Naval. Mestre em Relações Internacionais e Ciências Políticas. Jornalista. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa de Mídia Eletrônica e Digital – RJ. Correspondente Internacional.

de fluxos digitais, na sabotagem de sistemas críticos, na manipulação de cadeias informacionais ou na exploração de vulnerabilidades logísticas que comprometem a continuidade do Estado sem qualquer declaração formal de conflito. A competição estratégica ocorre em múltiplos planos, muitos deles silenciosos. Isso não diminui o papel da Defesa; ao contrário, amplia sua relevância. A defesa há muito deixou de ser apenas a guarda das fronteiras físicas. Passou a envolver a proteção de infraestruturas que sustentam o funcionamento do Estado e da economia.

Redes energéticas, sistemas de comunicação, plataformas *offshore* e cabos de comunicação submarinos tornaram-se componentes essenciais da soberania. Esses elementos não substituem o território; eles o complementam. Ignorá-los seria reduzir a compreensão de segurança a uma dimensão já superada pela realidade tecnológica.

Entre tantas infraestruturas críticas que operam longe do olhar cotidiano, opta-se aqui por destacar os cabos de comunicação submarinos. A escolha não é casual. Embora raramente reconhecidos como vitais no imaginário coletivo, são eles que sustentam o fluxo contínuo de informações, decisões, transações e operações de defesa sem as quais a vida social, econômica, política e institucional simplesmente não mais se mantém.

Sob as águas do Atlântico, conectam o Brasil às principais rotas informacionais do planeta.

Estima-se que mais de noventa e cinco por cento do tráfego informacional internacional transite por essas fibras ópticas submersas, e não por satélites, como muitas vezes se imagina. São mais de quatrocentos sistemas ativos no mundo, estendendo-se por cerca de um milhão e trezentos mil quilômetros.

O Brasil integra essa malha por dezenas de rotas que o conectam à América do Norte, Europa, África e América do Sul.

Por esses cabos circulam trilhões de dólares em operações financeiras diariamente. Uma única interrupção em rotas estratégicas pode desacelerar mercados, afetar bolsas de valores e comprometer cadeias logísticas inteiras. O impacto, contudo, não se restringe à esfera econômica. Sistemas de defesa aérea, intercâmbio de dados entre comandos militares, monitoramento de fronteiras marítimas e integração entre sensores espaciais dependem da estabilidade dessas conexões. A arquitetura de comando e controle que sustenta a capacidade decisória do Estado moderno está apoiada, em grande medida, sobre essa infraestrutura submersa.

Há ainda a dimensão cognitiva. Plataformas digitais e redes sociais que moldam opinião e influenciam decisões políticas em tempo real também dependem dessa conectividade. Em cenário de crise, instabilidade financeira combinada com ruído comunicacional poderia gerar efeitos amplificados sobre legitimidade e coesão social. A defesa contemporânea envolve, portanto, a proteção do ambiente informacional.

Essa realidade projeta efeitos diretos sobre as Forças Armadas. Se o domínio aeroespacial estrutura a vigilância superior do território, o Exército Brasileiro exerce papel decisivo na dimensão terrestre da soberania. Em um país de fronteiras extensas e complexas, que atravessam áreas de floresta densa e regiões de difícil acesso, a presença física precisa ser acompanhada por inteligência tecnológica. Nesse contexto, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o SISFRON, assume relevância estratégica. Mais do que vigilância convencional, integra sensores, radares, comunicações seguras e processamento de dados em tempo real, estruturando uma arquitetura informacional aplicada ao território. A fronteira contemporânea não é apenas linha geográfica; é espaço de fluxos.

Movimentações ilícitas e dinâmicas transnacionais exigem detecção antecipada e resposta coordenada. Ao incorporar tecnologia de monitoramento e sistemas de comando e controle, o Exército transforma a vigilância territorial em sistema integrado de informações. A proteção da soberania terrestre passa a depender da mesma lógica que sustenta cabos submarinos e redes digitais: conectividade segura.

No ambiente marítimo, a Marinha do Brasil enfrenta desafio proporcional à dimensão da Amazônia Azul. A extensa Zona Econômica Exclusiva concentra rotas comerciais, recursos energéticos, infraestrutura *offshore* e cabos submarinos estratégicos. A proteção desse espaço exige presença e monitoramento contínuo. O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, o SISGAAz, integra radares costeiros, sensores marítimos, satélites e centros de comando, consolidando consciência situacional ampliada sobre o domínio marítimo.

Em cenário no qual disputas por recursos e interrupções de rotas comerciais podem gerar impactos sistêmicos, a Marinha atua como garantidora da estabilidade estratégica no Atlântico Sul. A proteção de plataformas energéticas, navios mercantes e infraestruturas submersas insere-se em uma arquitetura de segurança que combina presença física e superioridade informacional.

A Aeronáutica, por sua vez, projeta essa lógica para o domínio aeroespacial. Vigilância do espaço aéreo, integração de radares, proteção de satélites e coordenação de comunicações

estratégicas conectam o plano físico ao informacional. O domínio do espaço ultraterrestre tornou-se eixo estruturante da defesa contemporânea.

Exército, Marinha e Aeronáutica operam hoje em ambiente no qual a dimensão cibernética e a gestão de dados são inseparáveis da atuação operacional. Sistemas de comando e controle, redes criptografadas e interoperabilidade entre Forças estruturam a defesa nacional. Soberania não é apenas ocupação territorial ou patrulhamento marítimo; é capacidade de compreender e responder em tempo real a movimentos que se desenvolvem simultaneamente no plano físico e no plano informacional.

Mas pensamento estratégico não nasce apenas da operação. Se constrói na reflexão e na formação. É nesse ponto que a Escola Superior de Defesa e a Escola Superior de Guerra assumem relevância singular.

Ao reunir civis e militares em torno do debate sobre segurança nacional, contribuem para fortalecer uma compreensão compartilhada sobre os desafios do Estado brasileiro. Desenvolver pensamento estratégico implica consolidar visão de longo prazo, na qual programas estruturantes não sejam interrompidos por flutuações conjunturais. Países que desenvolvem cultura estratégica consistente conseguem alinhar defesa, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico.

O Brasil dispõe de Forças Armadas profissionais, comprometidas com a Constituição e com a soberania. O desafio não é justificar sua existência, mas consolidar no imaginário coletivo sua centralidade. Segurança externa e desenvolvimento interno são dimensões complementares.

O Brasil não carece de potencial. Carece de alinhamento entre recursos materiais e visão estratégica. Ao fortalecer o Ministério da Defesa, valorizar os domínios terrestre, marítimo e aeroespacial e investir na formação intelectual promovida por instituições como a Escola Superior de Defesa e a Escola Superior de Guerra, o país não se prepara para o conflito; consolida condições para a paz sustentada.